

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.523.040 - RS (2019/0171320-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : SAVA CLUBE
ADVOGADO : MÁRIO ROBERTO ARANTES DUBEUX E OUTRO(S) - RS027506
AGRAVADO : JULIO ROBERTO KOWALCZYK & CIA LTDA
ADVOGADOS : NEWTON DOMINGUES KALIL - RS007061
GUSTAVO D`AVILA - RS0072761

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto de acórdão que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 722):

APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ECONOMATO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RECONVENÇÃO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL QUANTO À PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL. INEXISTÊNCIA DE PROVA NOS AUTOS DE QUE AS TRATATIVAS ACERCA DA AMPLIAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL TENHAM SIDO APROVADAS PELO ÓRGÃO COMPETENTE. SOLUÇÃO APONTADA NA ATA QUE NÃO PASSOU DE MERA SUGESTÃO. AUSÊNCIA DE AGIR ILÍCITO DO RÉU AO NOTIFICAR A AUTORA PARA DESOCUPAR O CLUBE NA DATA APRAZADA PARA O TÉRMINO DO CONTRATO. POSSIBILIDADE, NO ENTANTO, DE INDENIZAÇÃO PELOS INVESTIMENTOS CUSTEADOS PELO AUTOR. LUCROS CESSANTES. NÃO VERIFICADOS. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE AFRONTA À HONRA OBJETIVA DA EMPRESA. RECONVENÇÃO. APESAR DE EXISTENTE PREVISÃO CONTRATUAL DE OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO PELO CONSUMO DE ÁGUA, LUZ E DOS ALMOÇOS AOS FUNCIONÁRIOS DO RECONVINTE PELA RECONVINDA, NADA VEIO AOS AUTOS A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. SEQUER HÁ NOS AUTOS AS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA E DE ÁGUA COMPROVANDO QUE A COBRANÇA ERA REALIZADA EM NOME DO CLUBE, SEM QUALQUER INDIVIDUALIZAÇÃO DO RELÓGIO E

Superior Tribunal de Justiça

HIDRÔMETRO. NÃO HÁ COMO SE AFERIR O VALOR EFETIVAMENTE PAGO PELO RECONVINTE. APURAÇÃO DOS VALORES POR MERA ESTIMATIVA. DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA.

RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDO.

Alega-se ofensa aos arts. 421, 422 e 425 do Código Civil, bem como dissídio.

A questão envolvida no recurso merece melhor exame, razão pela qual dou provimento ao agravo e determino sua conversão em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora